



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 16 DE DEZEMBRO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS XII_SEMANA LI

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

LEI MUNICIPAL Nº 728/2025

DISPÕE SOBRE MODIFICAÇÕES DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGARACY, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais que são conferidas pelo § 2º, do artigo 35 da ADCT, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar o anexo das Despesas de Capital e a Receita Total do Anexo de Metas Fiscais, para o exercício 2026, parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentária nº 712 de 29 de Junho de 2025.

Art. 2º - As modificações necessárias das ações, funções, subfunções e dos respectivos valores, dos projetos ou atividades, que constam nos anexos apensos a esta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Igaracy/PB. Em, 16 de Dezembro de 2025.

Ednailton Sabino da Silva
Prefeito

Lei nº 729/2025

Em, 16 de Dezembro de 2025.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IGARACY, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO(a) DO MUNICÍPIO DE IGARACY, ESTADO DA PARAÍBA

Faço saber que O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita do Município de Igaracy para o exercício financeiro de 2026 no montante de R\$ 47.971.947,00 (Quarenta e Sete Milhões, Novecentos e Setenta e Um Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais), e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e será discriminado pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Contribuições, Transferências, Operações de Crédito e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com a seguinte discriminação:

I - Receitas do Tesouro

RECEITA BRUTA	
Receitas Correntes	52.859.653,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	48.925.828,00
Contribuições	1.347.100,00
Receita Patrimonial	128.590,00
Receita Agropecuária	761.240,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	1.000,00
Transferências Correntes	3.987,00
Outras Receitas Correntes	43.590.562,00
Receitas de Capital	193.559,00

Receitas de Capital	4.833.825,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	70.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	4.106.948,00
Outras Receitas de Capital	456.877,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
Contribuições - Intra OFSS	0,00
Receita Patrimonial - Intra OFSS	0,00
Receita Agropecuária - Intra OFSS	0,00
Receita Industrial - Intra OFSS	0,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	0,00
Transferências Correntes - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
Operações de Crédito - Intra OFSS	0,00
Alienação de Bens - Intra OFSS	0,00
Amortização de Empréstimos - Intra OFSS	0,00
Transferências de Capital - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
DEDUÇÕES	(4.887.786,00)
Dedução do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	(4.372.594,00)
Dedução do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	(200,00)
Dedução do ICMS - Principal	(460.000,00)
Dedução do IPVA - Principal	(54.712,00)
Dedução do IPI - Municípios - Principal	(200,00)
TOTAL	47.971.947,00

II - Receitas de Outras Fontes de Entidades da Administração Indireta

RECEITA BRUTA	0,00
Receitas Correntes	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00
Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00
Receitas de Capital	0,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
Contribuições - Intra OFSS	0,00
Receita Patrimonial - Intra OFSS	0,00

RECEITA BRUTA	0,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receita Agropecuária - Intra OFSS	0,00
Receita Industrial - Intra OFSS	0,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	0,00
Transferências Correntes - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
Operações de Crédito - Intra OFSS	0,00
Alienação de Bens - Intra OFSS	0,00
Amortização de Empréstimos - Intra OFSS	0,00
Transferências de Capital - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
DEDUÇÕES	0,00
TOTAL	0,00
Total Geral da Receita	47.971.947,00

Art. 3º - A Despesa será realizada de modo a atender aos encargos do Município, com a manutenção dos Serviços Públicos, Transferências e Despesas de Capital, nas especificações dos Programas, Projetos e Atividades, dimensionada nos anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

Despesa por Unidade Orçamentária

I - Despesas do Tesouro			
Código	Descrição	Valor	%
91000	CÂMARA MUNICIPAL	1.771.800	3,69%
92000	GABINETE DO PREFEITO	1.738.375	3,62%
93000	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.010.337	4,19%
94000	SECRETARIA DE FINANÇAS	1.622.579	3,38%
95000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	3.918.826	8,17%
96000	SECRETARIA DE SAÚDE	4.884.538	10,18%
96001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.478.290	19,76%
97000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E REC. HEDRÓICOS	2.779.146	5,79%
98000	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	265.663	0,55%
98001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.857.269	3,87%
98002	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	18.627	0,04%
99000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO	15.358.378	32,03%
10000	SECRETARIA DE CULTURA	1.423.582	2,97%
11000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	848.991	1,77%
Total		47.971.947	100,00%

Despesa por Categoria Econômica

I - Despesas do Tesouro

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 16 DE DEZEMBRO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS XII_SEMANA LI

DESPESAS CORRENTES	22.967.962,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.843.879,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.121.023,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.545.250,00
INVESTIMENTOS	6.197.250,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	348.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	848.991,00
Reserva Provisória	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	848.991,00
Total	47.971.947,00
Total Geral da Despesa	47.971.947,00

Art. 4º - O Poder Executivo mediante Decreto, promoverá a disciplina de execução e distribuição das dotações consignadas a cada Órgão no interesse da Administração, poderá designar Órgãos Centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias nos termos do Art. 66º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - A execução da despesa é consignada a existência de recursos financeiros suficientes, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias, para ajustar o fluxo dos desembolsos aos dos ingressos.

Parágrafo Único - Até 30 dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4º da Lei nº 101/2000, o Poder Executivo estabelecerá o Cronograma Mensal de Desembolso (CMD) e as Metas Bimestrais de Arrecadação (MBA).

Art. 6º - Para a execução do Orçamento de que trata a Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Fica o Poder Executivo, respeitando as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 50% (Cinquenta Por cento), dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) Reforçar dotações, utilizando como fonte de recursos compensatórios, a reserva de contingência; observando o disposto no Art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Atender insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no parágrafo I, do Art. 43º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares, mediante Decreto, com recursos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2025, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, bem como por excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, 3º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 até o limite do excesso verificado no exercício;

§ 2º Os créditos suplementares abertos com recursos do Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação, não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no inciso I, do caput, deste artigo, restando desta excluídos;

§ 3º Excluem-se também do limite estabelecido, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Legislativo e Executivo, realocar com alterações ou inclusões de elementos de despesa em dotações insuficientes, considerá-las como ajuste orçamentário; dentro da mesma ação orçamentária, da mesma categoria econômica, de um mesmo grupo de despesa, da mesma modalidade de aplicação e da mesma fonte de recurso;

§ 4º - O limite fixado no Inciso I, deste Artigo, poderá ser aumentado por proposta do Executivo, mediante aprovação do Legislativo.

II. Aprovar o Quadro de Detalhamento da Despesa das Entidades da Administração Indireta para o Exercício de 2026, podendo abrir Créditos Suplementares até o limite previsto no Inciso I, deste Artigo.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo, autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 7% (sete por cento) da receita total estimada para o exercício de 2026, observadas as condições estabelecidas no Art. 38, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor no ano de 2026, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

Lei nº 730/2025

Em, 16 de Dezembro de 2025.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE IGARACY, PARA O PERÍODO 2026 à 2029, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGARACY, ESTADO DA PARAÍBA, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026 à 2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas e seus respectivos objetivos, indicadores e custos da administração municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos I a VI.

Artigo 2º As prioridades e metas para o ano 2026 conforme estabelecido no artigo da Lei de Diretrizes, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2026, estão especificadas nos Anexos de I a VI a esta Lei.

Artigo 3º Os demonstrativos do VII ao XII referenciam os limites constitucionais, cumprindo assim importante preceito constitucional, também integram demonstrativos de programas por Ações, Órgãos, Função e Subfunção, despesa segundo categoria econômica, bem como o demonstrativo dos totais por eixos estratégicos, atendendo as legislações pertinentes com transparência, oferecendo um valioso subsídio para que as autoridades e a sociedade em geral tenham melhores condições para as devidas avaliações.

Artigo 4º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas e o Plano Plurianual organiza a atuação do governo municipal em Eixos e Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período.

Artigo 5º Os Programas e Ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Artigo 6º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas, incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas para compatibilizá-las com as alterações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Artigo 7º As alterações previstas poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade ou a sua abrangência geográfica.

Artigo 8º A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

Artigo 9º - Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

Artigo 10 - A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Artigo 11 - O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente a Agenda Transversal de que trata esta Lei.

Artigo 12 O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no acompanhamento e avaliação do Plano de que trata esta lei.

Artigo 13 O Poder Executivo divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas.

Artigo 14 O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 15 de abril de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano.

Artigo 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 16 Revogam-se as disposições em contrário.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 16 DE DEZEMBRO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS XII_SEMANA LI

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO MUNICIPAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DISCUSSÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DO PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO 2026-2029.

Ata da Audiência Pública com a finalidade de eleger as prioridades que orientará a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual 2026, e Plano Plurianual 2026-2029, realizada no dia 30 de maio de 2025, às 9 horas, no Auditório SEDEST.

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às nove horas, no Auditório da Secretaria de Educação, Esporte e Turismo (SEDEST), Francisca Costa de Sousa, sediada no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Igaracy-PB, localizada na Rua Manoel Batista dos Santos, s/n, Frei Damião, Igaracy - Paraíba, teve início a Audiência Pública do Orçamento Democrático municipal para indicar as prioridades a serem discutidas e inseridas no orçamento fiscal de 2026. A Audiência foi conduzida de maneira assertiva pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Tiago Vieira da Silva, que iniciou os trabalhos dando as boas-vindas, agradeceu a presença de todos e convidou as autoridades presentes para comporem a mesa (Prefeito, Secretários, Vereadores, ex-prefeito e líderes sindicais e religiosos); introduziu a temática, apresentando as peças orçamentárias, através de slides, abordando seus conceitos, importância e suas principais diferenças; fez uma pequena retrospectiva dos resultados do ano anterior e passou a palavra àqueles da mesa que desejassem fazer uso dela. A Secretária de Agricultura destacou que é a primeira mulher a ocupar a Secretaria e enfatizou que, apesar da falta de chuvas ter prejudicado os produtores, o corte de terras foi iniciado no começo do período chuvoso; elencou que está buscando melhorias voltadas à sua área junto da EMPAER e que na próxima serão iniciadas ações ligadas ao meio ambiente, ressaltando ainda, a importância da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em meio às mudanças climáticas.

R. Pedro Lopes Brasileiro s/n - Centro - CEP: 58775-000
igaracy.pb.gov.br admin@igaracy.pb.gov.br



A Secretária de Saúde demonstrou a alegria da presença significativa este ano, ao cumprimentar o público, lembrando a prioridade apresentada no orçamento do ano passado, anunciando, com entusiasmo, a abertura do atendimento médico em horário noturno, na segunda-feira, 02 de junho, convidando a todos para prestigiar esse momento; frisou que, no seu entendimento, a prioridade para a área da saúde, é a construção de um laboratório de análises clínicas e a ampliação da Unidade de Saúde Dr. Olívio de Assis Bandeira com mais uma sala para pequenos procedimentos. Passou a palavra para a Secretária de Educação que cumprimentou os alunos presentes, explanando a importância do ensino integral, o qual já é assegurado por lei, priorizando a ampliação da Escola Manoel Jackson, cuja, falta espaço para a implantação dessa modalidade de ensino; demonstrou o seu carinho pela classe estudantil, porque quando os convida, eles participam, e em meio a muitas colocações e elogios, ressaltou com firmeza a sua solicitação de ampliação da escola citada; finalizou agradecendo, em nome da diretora da ECI Joselita Brasileiro, Lourdinha, cada docente e discente presente nesta audiência pública. O Secretário de Ação e Promoção Social, Francisco Erick Martins, saudou a mesa em nome do atual prefeito Ednailton Sabino e ex prefeito Lídio Carneiro, a sociedade civil em nome dos alunos presentes, ressaltando a importância da audiência pública municipal, enfatizando que a assistência social precisa de um olhar especial, pois ela está engajada em todas as secretarias; compartilhou de sua recente participação recente em um simpósio e falou que é obrigatório inserção da secretaria de ação social no orçamento; lembrou uma plenária que aconteceu na antiga creche, onde os participantes priorizaram a construção de uma nova, e depois, viu a ampliação de um espaço que se tornou a melhor creche do vale do planície, e mais, com o apoio do governo estadual, logo, o prefeito estará entregando uma nova creche - finalizou. O Secretário de Finanças, Taciso Tomaz Carneiro saudou a todos com um "bom dia" e frisou a importância da parte administrativa e financeira na execução daquilo que é planejado, e finalizou solicitando que fosse reservado um tempo para que, quem não fez sua escolha, pudesse pegar seu celular e apontar sua prioridade no formulário on-line. Da posse da palavra, o atual presidente da Câmara Municipal, Geraldo Batista de Sousa, justifica a ausência de três vereadores da base aliada que estavam em viagem; se direcionou aos alunos dizendo que as escolhas deles é muito importante

R. Pedro Lopes Brasileiro s/n - Centro - CEP: 58775-000
igaracy.pb.gov.br admin@igaracy.pb.gov.br



para a atuação do prefeito, deixando evidente que sempre escolhe a saúde, educação e cultura como prioridades e se direcionou ao prefeito dizendo que o que for escolhido e levado à câmara, terá o seu apoio. Na sua vez, o Vereador Antonio Vital de Queiroz, cumprimentou a todos em nome do prefeito Ednailton, fez algumas críticas a oposição e finalizou com um discurso breve, porém objetivo. O ex-prefeito José Carneiro (Lídio Carneiro) também fez uso da palavra: falou que esse é o momento de planejar a gestão para o ano de 2026, ressaltou a falta dos vereadores nos últimos 3 anos, pediu desculpas aos vereadores presentes, mas falou que era importante a população cobrar deles; destacou que essa, era a oportunidade de todos participarem; citou o nome de todas as comunidades do município e ausência da representação de quase todas; relatou sobre as dificuldades que o prefeito enfrenta para atender a todos, e compartilhou do malabarismo que é preciso fazer para administrar o dinheiro público. Francisco de Assis Remigio II, advogado do município, fez sua saudação peculiar e disse que todos que estão aqui buscam o chamado ato de democracia; parabenizou a capacidade do prefeito Ednailton por conseguir lotar um auditório, e deixou claro que não se pode impor ao outro o nosso querer, e sim convencer - "saibam vocês que cada palavra que foi dita aqui é importante, principalmente para os jovens". O prefeito Ednailton Sabino, logo após ser anunciado, saudou a mesa e a todos; iniciou sua fala dizendo que na gestão pública nada é imediatista, tudo é planejado, olhando as necessidades e prioridades, deixando estas em primeiro lugar; realçou que todos aqui presentes, vem em busca de priorizar algo e fazer projeção de um futuro; falou que estava sentindo falta, não só das pessoas, mas sim das classes; citou a participação de Igaracy na audiência do governo do estado (Orçamento Democrático Estadual), e sobre o convênio que conseguiu para ampliação e melhoria das escolas; também colocou em destaque o convênio com o estado para abertura dos serviços de atendimento ambulatorial noturno na Unidade de Saúde Dr. Olívio de Assis Bandeira, a qual já estava agendada; continuou afirmando que a infraestrutura não ficou de fora, e que vem mais coisas pela frente; pediu para a população cobrar também de cada vereador, pois ele, enquanto prefeito, estava cobrando do seu deputado, e concluiu com o pensamento de que a política é renovada a cada dois anos, e que todo político passa, mas os atos administrativos prevalecem. Após a fala facultada das autoridades, foi disponibilizado três minutos para quem do público desejasse

R. Pedro Lopes Brasileiro s/n - Centro - CEP: 58775-000
igaracy.pb.gov.br admin@igaracy.pb.gov.br



apresentar sua prioridade, oralmente: Arvênia Paula, diretora escolar, abriu a demanda, pedindo a ampliação da Escola Manoel Jackson Nicácio Alves e a criação de um parque para os jovens adultos; Djaci Evangelista, diretor do Colégio Municipal Nossa Senhora dos remédios, acompanhando um grupo de alunos, cumprimentou a todos em nome do prefeito Ednailton Sabino e da secretária Antonia Batista de Toinha, e passou a palavra para a estudante Brenna, qual priorizou melhorias na infraestrutura do colégio e passou o microfone para seu colega Pedro Rian, que pediu a construção do refeitório e da sala de jogos, passando a vez para Renan Carlos, seu colega e aluno, que priorizou a construção dos laboratórios de ciências e arte, e reforçando o pedido de ampliação e melhorias nos banheiros do referido colégio. A diretora da ECI Joselita Brasileiro, Lourdinha Carneiro, saudou a mesa em nome de Antonia Batista, e o público na pessoa de Irismar Félix, sua diretora financeira, frisou o preparatório para o ODE - Orçamento Democrático Estadual, destacando que naquele momento os alunos pediram a construção de uma quadra poliesportiva, justificando a escolha. A servidora pública, Polliana Magna, ao fazer uso da fala, pediu para que o poder público olhasse para a infraestrutura do antigo prédio da Prefeitura, onde funcionam alguns setores administrativos, em especial aos banheiros que estão necessitando de reforma e mencionou a superlotação no transporte de estudantes para a cidade de Patos. Em seguida, o prefeito Ednailton pediu a palavra e agradeceu a quem fez parte do projeto de gestão desde 2017, "estamos em uma gestão continuada, muda-se a pessoa da cadeira, mas o objetivo continua o mesmo"; finalizou apresentando um vídeo do esboço do projeto de um parque recreativo municipal. O Secretário de Administração apresentou uma parcial das prioridades, apresentadas através do formulário on-line, agradeceu a todos e, juntamente às 12h00, deu por encerrada a audiência pública. Não havendo mais nada a ser tratado, eu, Tiago Vieira da Silva, larei os termos da presente Ata, que vai assinada por mim e por todos os presentes.

R. Pedro Lopes Brasileiro s/n - Centro - CEP: 58775-000
igaracy.pb.gov.br admin@igaracy.pb.gov.br



EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br

R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB

igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva

Luiz Antonio F. Minicchi
 João Carlos Chaves
 Roberto V. M. de Almeida
 J. S. Sobrinho
 Prayla Soares de Sousa
 Dany S. Evangelista Costa
 Roberto Almeida Guacera de Souza
 Bruno Xavier Gomes de Silva
 Ana Carolina Reis de Sousa
 Daniela Alves Tostões
 Ruyton Carlos Mendes Moura
 Carlos Roberto Ruiz Moura
 Pedro Paulo Santos Silva
 Maria Elizabeth Pereira
 Francisco P. de Almeida
 Maria S. de Almeida
 Manoel Jesus de Silva
 Claudia Maria Lopes Silva
 Emanuel Carlos Clementino
 Paula Maria Rodrigues Silva
 João Gilberto Almeida
 Diana Lopes de Almeida
 Rosalva Pinto de Souza
 Maria Mariana P. P. Almeida
 Gabriel de Almeida Silva
 Ruyton Carlos Mendes Moura
 Fernando Roberto de Souza
 Alexandre Carlos Clementino
 Mariana de Souza Clementino
 Ana Carolina Reis de Sousa
 J. S. Sobrinho
 Roberto Carlos Chaves
 Felipe J. de Souza Silva
 Luiz Clementino de Almeida
 Roberto Minicchi
 Mital Ruyton Rodrigues de Souza
 Cristiano de Almeida

[illegible]

Edmo Alca n. - Man
 Maria Clara Rodrigues Sousa
 Agly Muz Sousa da Silva
 Mariana Pinheiro
 Geovanna Daika Gomes Bernardes
 Joice Zaira da Silva, Caroline
 Felipe André - a da Joice
 Janine da Silva
 José Barroso da Silva
 Rigora Lopes de Andrade



JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 16 DE DEZEMBRO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS XII_SEMANA LI

LEI MUNICIPAL Nº 731/2025

Institui no âmbito da Atenção Primária à Saúde no Município de IGARACY, baseado nos termos da Política Nacional da Atenção Básica, Incentivo Financeiro Variável por Desempenho em conformidade com a Portaria GM/MS nº 3493 de 10 de abril de 2024 denominada Componente de Vínculo e Qualidade na Atenção Primária à Saúde - APS para as Equipes de Saúde Bucal (eSB), Equipes de Saúde da Família (eSF), Equipe de Atenção Primária (eAP) e Equipe Multiprofissional (eMulti), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGARACY, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Considerando a Portaria GM/MS nº 3463, de 10 de abril de 2024 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir a nova metodologia de Cofinanciamento Federal do Piso da Atenção Primária à Saúde - APS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecendo o pagamento do Incentivo Financeiro Variável por Desempenho denominado Componente de Vínculo e Qualidade na Atenção Primária à Saúde - APS para as Equipes que integram a APS;

Considerando a necessidade de criar um componente financeiro municipal baseado nos recursos estipulados pela Portaria GM/MS nº 3463, de 10 de abril de 2024 de acordo com o desempenho das Equipes que integram a APS;

Considerando que a distribuição dos recursos financeiros instituídos Portaria GM/MS nº 3463, de 10 de abril de 2024, baseia-se na avaliação da qualidade e vínculo, portanto, requer melhorias do acesso aos insumos e qualificação permanente de recursos humanos pela gestão;

Art.1º. Através da Portaria GM/MS nº 3.493/2024, fica instituído o incentivo financeiro variável aos profissionais integrantes da Atenção Primária à Saúde (Estratégia Saúde da Família - ESF, Estratégia Saúde Bucal, Equipe Multiprofissional - eMulti, e demais profissionais que estejam vinculada à Estratégia Saúde da Família compõem Equipes Multiprofissionais de acordo com o detalhamento seguinte dessa lei, com aplicação de recursos por desempenho de metas do componente qualidade da nova metodologia de cofinanciamento federal do piso da atenção primária à Saúde.

§1º. Serão contemplados com o incentivo Enfermeiros, Odontólogos, Médicos não bolsistas, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, Técnicos em Saúde Bucal, Coordenador Geral da Atenção Básica, Coordenador Geral da Saúde Bucal, e demais profissionais que estejam vinculados à Estratégia Saúde da Família compõem Equipes Multiprofissionais eMulti, conforme será discriminado nessa lei.

§2º. O presente Incentivo está amparado pela Portaria nº 3.493 de 10 de abril de 2024, que estabelece o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art.2º. Adotando o incentivo financeiro variável por desempenho de metas do componente qualidade da nova metodologia de cofinanciamento federal do piso da atenção primária à Saúde, os profissionais receberão percentagem de metas alcançadas na relação de indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde, avaliados mensalmente e/ou quadrimestralmente por comissão instituída, e pagamento quadrimestral ou anual.

§1º. A relação de indicadores serão divulgados através de Decreto Municipal na medida que o Ministério da Saúde publique essa atualização e/ou alteração de indicadores em ato normativo da nova metodologia de cofinanciamento Federal do Piso da Atenção Primária do Componente Qualidade, considerando os artigos da portaria 3493/2024 "Art. 12-B. O componente de qualidade visa a estimular o alcance dos indicadores pactuados tripartite, com o objetivo de incentivar a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços ofertados na APS, buscando induzir boas práticas e aperfeiçoar os resultados em saúde." (NR), "Art. 12-C. O cálculo do incentivo financeiro do componente de qualidade para as eSF, eAP, eSB e eMulti será efetuado considerando os resultados alcançados pelas equipes nos indicadores., § 1º O valor do incentivo de que trata o caput será calculado a partir do cumprimento dos indicadores. § 2º O método de cálculo dos indicadores será definido de forma tripartite." (NR). "Art. 12-E. Ato do Ministério da Saúde definirá os indicadores, a metodologia de cálculo e as metas para o incentivo financeiro do componente de qualidade, após pactuação tripartite.

Art. 3º. Do valor global do recurso financeiro referente ao "Pagamento por Desempenho da Qualidade" repassado de forma específica por tipo de equipe, mensalmente, ao município pelo Ministério da Saúde, a destinação será realizada do seguinte modo:

§1º. 40% (quarenta por cento) para o pagamento de Incentivo por Desempenho de Metas do Componente qualidade de cada tipo de equipe da Atenção Primária aos profissionais, e 80% (oitenta por cento) para a manutenção dos serviços da gestão em saúde, sendo esse percentual para as equipes ESF e ESB, para as equipes eMulti, será 60% (sessenta por cento) para o pagamento de Incentivo por Desempenho de Metas do Componente qualidade dos profissionais da equipe multidisciplinar e 20% (vinte por cento) para a manutenção dos serviços da gestão em saúde conforme a descrição a seguir:

I - Incentivo financeiro para as Equipes de Saúde da Família:

- 30% (trinta por cento) Enfermeiros(a) e Médicos(a);
- 40% (quarenta por cento) agentes comunitários de Saúde.
- 23% (vinte e três por cento) Técnicos(a) de Enfermagem
- 7% (sete por cento) coordenação de atenção primária.

II - Incentivo financeiro para as Equipes de Saúde Bucal:

- 40% (quarenta por cento) Odontólogos
- 20% (vinte por cento) Auxiliares e Técnicos de Saúde Bucal
- 20% (vinte por cento) agentes comunitários de Saúde.
- 20% (vinte por cento) Coordenação de saúde bucal

III - Incentivo financeiro para Equipes Multiprofissionais (eMulti):

- 100% (cem por cento) para os profissionais de nível superior nas diversas categorias;

IV - INCENTIVO EXTRA PARCELA ÚNICA ANUAL - 100% PARA RATEIO DOS PROFISSIONAIS

1. Equipes de Saúde da Família:

- 30% (trinta por cento) Enfermeiros(a) e Médicos(a);
- 40% (quarenta por cento) agentes comunitários de Saúde.
- 23% (vinte e três por cento) Técnicos(a) de Enfermagem
- 7% (sete por cento) coordenação de atenção primária.

2. Equipes de Saúde Bucal

- 40% (quarenta por cento) Odontólogos
- 20% (vinte por cento) Auxiliares e Técnicos de Saúde Bucal
- 20% (vinte por cento) agentes comunitários de Saúde.
- 20% (vinte por cento) Coordenação de saúde bucal

3. Equipe eMulti- Equipe multidisciplinar

- 100% (cem por cento) para os profissionais de nível superior nas diversas categorias;

Art.4º. O Incentivo por Desempenho de metas do Componente Qualidade da Atenção Primária objetivo desta Lei em nenhuma hipótese será incorporado ao salário do profissional beneficiado, nem será considerado como base de cálculo para a apuração de outras verbas, seja a que título for.

Art.5º. O repasse do incentivo financeiro aos profissionais será concedido enquanto houver a garantia de repasse de recursos pelo Ministério da Saúde e se efetivamente as metas estabelecidas forem alcançadas. No caso de não serem alcançadas as metas estabelecidas, os recursos ficarão à disposição do Fundo Municipal de Saúde para ser utilizado nas ações de custeio da Atenção Primária.

Art.6º. Em caso de desistência, exoneração, rescisão, quaisquer tipos de licença e afastamento do serviço e aposentadoria, o servidor perderá o direito ao incentivo e o valor que fazia jus será devolvido ao Fundo Municipal de Saúde, normalizando o incentivo no momento de contratação ou nomeação de um novo servidor para o cargo vago.

Art.7º. Perderão também o direito ao recebimento do incentivo os seguintes casos:

I - atestados superiores a 15 (quinze) dias;

II - Licenças com período superior a 10 (dez) dias;

III - Afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal;

IV - Profissional que integre o Programa Mais Médico ou qualquer outro que tratar-se de servidor vinculado diretamente ao Estado;

V - Ausência nas capacitações e reuniões inerentes ao, salvo quando justificativas aceitas pela Coordenação.

Art.8º. - Em todos esses casos nos quais o servidor perderá o direito ao Incentivo, o valor do prêmio será revertido para o Fundo Municipal da Saúde para que seja aplicado nas demais despesas autorizadas nas Portarias inerentes ao Programa do Governo Federal. Art. 10 - O

pagamento dos valores aos profissionais do município de Igaracy-PB, fica condicionado ao repasse dos recursos vinculados ao Ministério da Saúde e somente será realizado após atestado do Secretário Municipal de Saúde ou profissional por ele indicado, devendo constar a informação de que as referidas equipes cadastradas ao programa atenderam aos critérios qualitativos conforme resultado da avaliação.

Art. 9º. Será considerado o alcance do piso total do referido indicador para efeito do pagamento,

onde cada indicador corresponderá a 10% (dez por cento), totalizando 10% (cem por cento) quando o Ministério da Saúde disponibilizar só indicadores a serem avaliados, quando:

I - O pagamento por indicadores obedecer ao critério de repasse financeiro efetivado pelo Ministério da Saúde;

II - O Incentivo Desempenho por Metas do Componente Qualidade da Atenção Primária for pago total ou parcialmente, conforme número de indicadores alcançados, mediante avaliação por Comissão Efetiva de Avaliação de Indicadores.

§1º. Será instituída mediante Portaria do (a) Secretário (a) de Saúde "Comissão de Avaliação de Indicadores" para efetivação do pagamento do Incentivo por Desempenho de Metas do Componente Qualidade da Atenção Primária.

Art.10º. A avaliação dos indicadores será realizada mensalmente e/ou quadrimestralmente e, no caso de desabastecimento de insumos ou vacinas de responsabilidade do Ministério da Saúde ou do Estado ou Município que interfira no alcance das metas, o indicador será desconsiderado.

Parágrafo único. Caso o Ministério da Saúde não repasse o Incentivo por Desempenho de Metas do Componente Qualidade da Atenção primária tratado nesta Lei pelo não alcance do indicador de que trata este artigo, o Município ficará desobrigado do seu pagamento.

Art.11º. O Ministério da Saúde pagará um valor fixo, considerando os valores da classificação "bom", por Equipe de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e Equipe Multiprofissional (eMulti) em doze competências considerando a partir da publicação da Portaria "N 34.93 de 10 de abril de 2024 conforme estabelece o Art. 3º do CAPÍTULO I da Seção XI, bem como irá publicar gradativamente os indicadores a serem avaliados quadrimestralmente, assim como o Município por sua vez, em sequência, publicará ato normativo quando houver definição dos indicadores pelo nível Federal.

Art.12. No fim de cada ciclo anual, será repassado pelo Ministério da Saúde, no mês subsequente ao último quadrimestre, pagamento de incentivo adicional do componente de qualidade, em parcela única, considerando a média do alcance dos resultados do ano, que deverá ser destinado aos integrantes das equipes objeto dessa lei, conforme prevê o Art.12-D, §3º da Portaria N 3.493 de 10 de abril de 2024, conforme descrito nessa lei os percentuais de cada categoria para a PARCELA EXTRA ÚNICA.

Art.13. O SCNES - Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento e Profissionais de Saúde é a ferramenta de gerenciamento das informações relativas a existência e o desligamento de profissionais de saúde para efeito de pagamento de incentivo de que trata esta Lei.

Art.14. Em virtude das determinações da Portaria GM/MS nº 3.493/2024, ficam revogadas as disposições da Lei que institui o Incentivo Financeiro de Desempenho das Ações do Programa Previne Brasil.

Art.15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dezembro de 2025.

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br

R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB

igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 16 DE DEZEMBRO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS XII_SEMANA LI

Art.16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Igaracy/PB, em 16 de Dezembro de 2025.

Edenilton Salino da Silva
Prefeito Constitucional

Em branco

Em branco

Em branco

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva

